



Conselho Directivo manteve audiência com Cavaco Silva

A Associação Nacional de Municípios Portugueses, na sequência de um pedido entretanto formulado, foi recebida em audiência pelo Primeiro Ministro, tendo debatido com o Chefe do Executivo, na oportunidade, alguns dos mais prementes problemas com que se confronta o Poder Local no nosso país.

A Delegação da estrutura representativa dos Municípios portugueses, chefiada pelo seu Presidente, Mário de Almeida, fez a entrega a Cavaco Silva, que se encontrava acompanhado pelo titular da pasta do Planeamento e Ordenamento do Território, Valente de Oliveira, das Conclusões aprovados no VIII Congresso (Extraordinário) da A.N.M.P., documento onde, entre outros postulados, se enfatizava a defesa de medidas que permitam negociar com os Órgãos de Soberania, e em particular com o Governo



— com respeito integral pela dignidade democrática dos intervenientes, e com envolvimento solidário e empenhado do Poder Local — um novo quadro de rela-

cionamento convergente na concretização de comuns objectivos de progresso e desenvolvimento do país e no reforço da qualidade de vida dos cidadãos. 

Encontro Nacional de Habitação teve o empenhamento da A.N.M.P.

A Associação Nacional de Municípios Portugueses, segura de que a habitação é, nos dias de hoje, um dos mais graves problemas que se levantam à sociedade portuguesa — e também do papel interventor a que o Poder Local vai ser chamado na superação dos impasses — assumiu, com um conjunto de outras entidades, a realização, em 11 e 12 de Fe-

vereiro, do Encontro Nacional de Habitação, certame que levou até Lisboa mais de seis centenas de participantes, constituindo-se os autarcas como o maior grupo ali representado.

Durante a abertura do encontro, o Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, no uso da palavra, diria que a A.N.M.P., ao ser um dos

promotores da iniciativa, mostrava o seu empenhamento para o angariar de soluções para este problema, cada dia mais premente, e que a todos preocupa, sendo que outra postura seria impensável sobretudo depois do VIII Congresso ter reafirmado a necessidade do envolvimento claro e activo dos Municípios na definição e partilha de responsabilidades no sector. 

GARANTE MÁRIO DE ALMEIDA

A.N.M.P. quer ajudar a resolver o problema da habitação nacional

A Associação Nacional de Municípios Portugueses, segura de que a Habitação é, nos dias de hoje, um dos mais graves problemas que se levantam à sociedade portuguesa — e também do papel interventor a que o Poder Local vai ser chamado na superação dos impasses — assumiu, com um conjunto de doze outras entidades, a realização, em 11 e 12 de Fevereiro, do Encontro Nacional de Habitação, certame que levou até Lisboa mais de seis centenas de participantes, constituindo-se os autarcas como o maior grupo ali representado.

Durante os trabalhos, a cuja sessão inauguradora esteve presente o Presidente da República, Mário Soares, foi apresentado o Livro Branco da Habitação, tendo ainda sido aprovado um conjunto de medidas que apontam para a imperiosa necessidade da construção de 500 mil casas até ao ano 2000; criação de um parque social de aluguer alternativo às barracas e clandestinos; funcionamento e rebustecimento da estrutura do mercado de arrendamento; desenvolvimento do mercado de acesso à propriedade das casas, em todas as suas vertentes; encontrar novas fontes de financiamento para resolução da crise habitacional; modernização dos sistemas de enquadramento financeiro, fiscal e administrativo do mercado da habitação; e constituição de um património público de solos em condições de ser afectado rapidamente no arranque do Plano das 500.000 Casas.

Durante a abertura do Encontro, o Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, no uso da palavra, diria que a ANMP, ao ser um dos promotores da iniciativa, manifesta o seu empenhamento para o angariar de soluções para este problema, cada dia mais premente, e que a todos preocupa, sendo que outra postura seria impensável sobretudo depois do VII Congresso ter reafirmado a necessidade do envolvimento cla-

meça também já a afectar as famílias de rendimento médio.

Enfatizando — como não se tem cansado de o fazer —, que a resolução do problema da habitação não é uma competência ou atribuição dos Municípios, mas do Governo, o Presidente da estrutura representativa do Poder Local acusaria a Administração Central de tudo pretender controlar, de em tudo pretender intervir, em tudo manifestar desconfiança perante

a acção municipal. Mesmo quando, demagogicamente, acusa os Municípios de dificultarem a construção de habitação com o argumento de tardarem os licenciamentos (!), assim se esquecendo que foi ele próprio que legislou, definiu os prazos, as etapas ...

Ao precisar que a habitação é uma das áreas que o DL n.º 77/84 (que regula a delimitação e coordenação

das actuações das Administrações Central e Local em matéria de investimentos) exclui da competência dos Municípios, devendo ser considerada, quanto muito, em regime de colaboração, Mário de Almeida afirmaria que, na prática, o Governo se limita ao papel de definir regras de construção de habitação a custos controlados e as respectivas condições de financiamento. O que significa que a colaboração — exigência aos Municípios é a de produzir fogos de acordo com os princípios legais e financeiros estabelecidos pelo Governo, independentemente do seu ajustamento às condições sociais e económicas



ro e activo dos Municípios na definição e partilha de responsabilidades no sector.

Afirmando que todas as autarquias do país estão conscientes da gravidade do problema e das consequências sociais, económicas e culturais que a manutenção da situação implica, Mário de Almeida sublinharia que as mais altas taxas de alcoolismo, de toxicod dependência, de insucesso escolar, de absentismo e de baixa produtividade se situam, indiscutivelmente, nas camadas populacionais carenciadas de habitação, falta essa que co-

esolver o país

das famílias a que se devem destinar, pelo que não é de estranhar que os Municípios recusem uma participação activa, atitude que entronca, também, no facto de estar por definir um conjunto importante de medidas fundamentais para o sector.

Assim, prosseguia o Presidente da ANMP, importará, desde logo, que o Poder Central passe a contemplar uma política de solos que, ainda regida por uma lei de 1976 (obviamente desajustada), se revela hoje como mais um entrave à intervenção equilibrada de todos os agentes na produção de solo urbanizado. A descentralização processual e as atribuições municipais, que na Lei dos Solos de 1976 eram, à data, ajustadamente, muito limitadas, são agora um imperativo de flexibilidade funcional, cuja demora na implementação não se compreende.

Com efeito, num momento em que o princípio da subsidiariedade é invocado em toda a Comunidade Europeia, é altura de se aprovar uma legislação de solos que atribua ao nível adequado — o local — a capacidade para gerir o sistema, de acordo com as necessidades, desiguais de concelho para concelho, e atendendo ainda às realidades urbanísticas existentes. E bases para uma primeira troca de impressões já existem — enfatizou — pois podem ser utilizados os estudos que uma Comissão Interministerial elaborou há alguns anos, e que continuam inutilmente dentro das gavetas dos Ministérios.

Paralelamente, continuava Mário de Almeida, importa questionar-se o apoio em regime de segurança social às famílias carenciadas de fogos já que, em ambas as situações de venda ou arrendamento de casas de custos controlados produzidas pela autarquia, se verificam custos muito elevados que deixarão de fora, por falta de rendimentos, muitos milhares de famílias. Enquanto se pedem esforços



acrescidos aos Municípios.

Neste sentido, o VII Congresso da ANMP definiu que deveria ser revisto o enquadramento do sistema de arrendamento social, urgindo acrescentar-se que os encargos com o apoio ao arrendamento social cabem, obviamente, ao sistema de Segurança Social, que é, ninguém o duvida, uma competência do Poder Central.

Num outro ponto da sua intervenção, Mário de Almeida referenciou que para além da aprovação de uma política de solos actual, flexível, anti-especulativa e descentralizada, e da criação de apoios de segurança social complementares à produção que permitam o alojamento das famílias insolventes, se torna indispensável, entre outras, a determinação de um quadro programático de carências — no seio de um Plano Nacional de Habitação —, a definição de sistemas financeiros flexíveis, de forma a poderem ser adaptados ao tecido social e económico local, e a revisão do sistema de fiscalidade que é aplicável ao sector.

Em conformidade, caso venha a ser responsabilmente assumida a decisão de se avançar para uma revisão global da actual política para o sector, a ANMP está disponível para estudar solidariamente competências nesta área — disse depois o Presidente da estrutura representativa dos Municípios —, que afirmaria que o seu maior ou menor envolvimento futuro (que poderá atingir o limite de ser atribuída competência exclusiva aos Municípios)

dependerá da solução encontrada e, certamente, do sistema financeiro a aplicar.

A ANMP mantém-se fiel ao princípio, que é de lei, de que não poderão transferir-se novas competências sem o correspondente acompanhamento dos meios financeiros e, neste aspecto, prosseguia, apesar das limitações impostas por Bruxelas, já por diversas vezes se alertou o Poder Central para a necessidade de mobilizar recursos comunitários para a habitação, à luz do que estão a tentar outros países europeus, quer no âmbito do actual Fundo Social Europeu, quer no seio do próximo Quadro Comunitário de Apoio.

Ao afirmar ser nesta expectativa que a ANMP espera que o Encontro Nacional de Habitação, e o Livro Branco a editar, possam contribuir para que, a curto prazo, se reünam as condições duma revisão efectiva das medidas actuais para o sector, em prol do bem estar das populações (que é o mote de todos os Municípios em Portugal), Mário de Almeida concluiria dizendo que se tal acontecer, podem todos estar certos que os Municípios e a sua Associação Nacional estarão presentes para, em regime de verdadeira colaboração, ajudarem a resolver o problema da habitação no nosso país.

As soluções para os problemas nacionais encontram-se em diálogo e não com monólogos, e a ANMP será sempre, sem ritual, um parceiro para o diálogo, a bem de Portugal e dos Portugueses. 

DEBATER A HABITAÇÃO CONCLUSÕES DO ENCONTRO PORQUE VALEU A PENA ...

Realizou-se em 11 e 12 de Fevereiro, no hotel Altis, em Lisboa, o Encontro Nacional de Habitação, certame que — também promovido pela A.N.M.P. — contou com cerca de 700 participantes entre dirigentes e quadros do sector da habitação, tendo ainda estado presentes inúmeros convidados, de entre os quais os Presidentes do Conselho Económico e Social e Juntas Metropolitanas de Lisboa e Porto, deputados,

tantes do Governo, o Executivo Central acompanhou, afinal, os trabalhos do Encontro como o comprovaria — o que constitui um êxito para os seus organizadores —, a apresentação, sequeamente, por parte do Primeiro Ministro, de um conjunto de medidas que visam a superação, como ali foi proposto, das graves carências que se verificam no campo da habitação social.

Face aos resultados do Encontro

portes e Comunicações e das Juntas Metropolitanas de Lisboa e Porto, no sentido de se saber da receptividade quanto à adopção do “Plano da 500.000 Casas”, nos seus aspectos essenciais, e na procura da institucionalização do diálogo entre o Estado e os parceiros económicos e sociais, privados e públicos, com responsabilidade no sector.

Por outro lado, foi decidido constituir, desde logo, um Secretariado



antigos ministros e secretários de estado da habitação, o primeiro responsável pela União Internacional dos Inquilinos, e os representantes do Comité Europeu da Habitação Social.

A Sessão de Abertura foi presidida pelo Presidente da República — Mário Soares inaugurou, também, uma exposição de actividades do sector — e os trabalhos do E.N.H. tiveram como base a versão preliminar do Livro Branco Sobre a Política da Habitação em Portugal, elaborado por uma Comissão de 20 Peritos, tendo ainda sido apresentadas dezenas de comunicações escritas e de intervenções orais.

Apesar da ausência de represen-

Nacional, as 13 entidades promotoras, tendo em vista a implementação do “Plano das 500.000 Casas” e a promoção do diálogo entre o Governo e os parceiros económicos e sociais do sector, decidiram, designadamente, solicitar audiências aos principais representantes dos Órgãos de Soberania, nomeadamente o Presidente da República, Presidente da Assembleia da República e Primeiro Ministro, para dar conhecimento dos resultados do Encontro.

Paralelamente, concluiu-se pela premência de fazer publicar o Livro Branco Sobre a Política de Habitação em Portugal; e proceder a diligências junto do Ministério das Obras Públicas, Trans-

para a coordenação dos interesses das 13 entidades promotoras do E.N.H. — que eventualmente poderá evoluir no sentido da criação de um Fórum Nacional de Habitação —, tendo em vista a continuidade de uma acção concertada.

Finalmente, concluiu-se pela elaboração, no âmbito interno daquele Secretariado, de quatro estudos, respectivamente sobre os temas Fiscalidade e Burocracia da Habitação; Sistemas de Financiamento do Sector; Política de Solos e Código do Urbanismo; e Dinamização do Mercado de Arrendamento, trabalhos que poderão vir a constituir-se — era relevante — em possíveis suportes na adaptação futuras propostas legislativas